

## Sobre a formação de psicólogos: aspectos históricos

---

*Mitsuko Aparecida Makino Antunes*

Embora considerada uma profissão jovem, tendo sido reconhecida por Lei de 1962, às primeiras iniciativas para formar profissionais em psicologia no País remontam às primeiras décadas deste século. Este artigo tem como finalidade traçar um breve panorama histórico da formação de profissionais na área da psicologia no Brasil. É necessário, porém, que se alerte, desde já, que este quadro não pretende ser completo ou esgotar o assunto, pois certamente há lacunas, uma vez que carecemos de estudos e pesquisas sobre a história da psicologia no Brasil.

Desde os tempos da Colônia já se fazia presente no Brasil a preocupação com os fenômenos de natureza psicológica, identificada por Marina Massimi (1984) em obras produzidas em diferentes áreas do saber, por autores brasileiros ou que aqui viveram. Ao longo do século XIX, o País sofreu profundas transformações de ordem política, econômica e social; nesse contexto, as idéias psicológicas produzidas vieram a se diferenciar daquelas do período precedente, sobretudo pela gradativa vinculação às instituições então criadas. A produção de saber psicológico ainda foi, no entanto, gerada no interior de outras áreas de conhecimento, sobretudo a Medicina e a Educação. Do ponto de vista do ensino, seminários, escolas secundárias, escolas normais e as faculdades de Medicina e de Direito, constituíram-se em espaços nos quais temas de natureza psicológica eram discutidos; somam-se a isso as preocupações de caráter mais prático, como as questões especificamente pedagógicas ou de atendimento aos "doentes mentais", sendo esta última bastante relacionada aos hospícios então criados.

Houve, pois, um aumento significativo de produções relacionadas ao estudo e à intervenção sobre os fenômenos psicológicos, os quais vieram a se constituir em fatores de fundamental importância para o desenvolvimento posterior da psicologia no País, criando condições favoráveis para a penetração gradativa das idéias que vinham sendo produzidas na Europa, e, mais tar-

de, nos Estados Unidos. Necessário se faz lembrar que, a partir do último quartel do século XIX, a psicologia conquistou o estatuto de ciência autônoma, bastante marcada pelas formulações e realizações de W. Wundt, na Alemanha.

A partir da última década do século passado, o saber psicológico vai gradativamente adquirindo também no Brasil sua autonomia, sendo cada vez mais reconhecido como área de conhecimento e campo de aplicação específicos, a par com o que vinha sendo realizado nos grandes centros de produção do saber. Em verdade, nesse momento já é possível falar-se em Psicologia.

Abordaremos, a seguir, as questões mais especificamente relacionadas aos fatores que possam demonstrar como se deu o processo de “formação” dos profissionais que podemos considerar pioneiros da Psicologia no Brasil. Dentre estes profissionais, encontramos um número significativo de médicos, bacharéis em Direito e educadores; mais tarde alguns engenheiros e “administradores” viriam a se juntar àqueles. Estavam tais profissionais vinculados a várias instituições, principalmente de caráter médico e educacional; por esse motivo, apresentaremos os elementos referentes a esse período (1890/1930) pela sua origem, isto é, Medicina e Educação. É importante ressaltar que só muitos anos depois iniciar-se-iam as tentativas mais sistemáticas de formação de profissionais nessa área; nesse período, no qual vai se processando a autonomização da Psicologia no Brasil, a formação de especialistas se dá na prática, principalmente pelo vínculo com instituições que, pioneiramente, dedicaram-se aos estudos e à aplicação da Psicologia.

Antes disso porém, é necessário ressaltar um fator de grande importância, que se refere à Reforma Benjamin Constant, no bojo da qual a disciplina Filosofia foi transformada em Psicologia e Lógica. Segundo Lourenço Filho (1971a), tal modificação constituiu-se em fator de estímulo para que as escolas normais viessem, de certa maneira, a se preocupar também com essa disciplina. Sobre isso, afirma ele:

Até 1900, não constava a psicologia como disciplina especial em nossas escolas normais, como aliás não constava nas da maioria dos países. A modificação dos programas do Ginásio Nacional, em 1890, com substituição da disciplina *filosofia* pela de *psicologia e lógica*, na reforma de Benjamin Constant parece ter animado a maioria dessas escolas, nos 20 anos seguintes, a desdobrar o pro-

grama de pedagogia em duas partes, de que a primeira era consagrada a noções de psicologia. (p. 122)

Nas Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, as teses foram, desde o século passado, um importante veículo de difusão e de produção de saber psicológico. Já no final desse período, porém, assiste-se não somente a um aumento no número de trabalhos com essa temática, como é possível afirmar que muitas delas tratam de questões que podem ser consideradas como sendo objetos de estudo da Psicologia propriamente dita. Assuntos como emoção, inteligência, memória e personalidade são alguns exemplos do que era tratado. Alguns autores destas teses viriam, mais tarde, a se dedicar exclusivamente à Psicologia e foram responsáveis pela sua divulgação e pela formação de outros profissionais, como Maurício Campos de Medeiros e Plínio Olinto, dentre outros.

No Hospital Nacional de Alienados (antigo Pedro II) foi criado, em 1907, o provável segundo laboratório de psicologia no País (o primeiro teria sido o do Pedagogium, criado em 1906, que será tratado mais adiante), dirigido por Maurício Campos de Medeiros e construído sob a influência de Georges Dumas, com quem Medeiros estudara em Paris. Este laboratório não apenas produziu estudos em Psicologia, como também para aí atraiu vários profissionais interessados na nova ciência. É possível dizer que, tal como outras instituições semelhantes, esse laboratório contribuiu para a formação de algumas pessoas que viriam, mais tarde, tornar-se alguns dos primeiros profissionais dedicados à ciência psicológica.

Outra instituição de grande relevância foi a Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro, também no Rio de Janeiro, principalmente por seu laboratório de Psicologia, criado em 1923. Esse laboratório foi transformado em Instituto de Psicologia, subordinado ao Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1932. Em 1937, foi incorporado à Universidade do Brasil, contribuindo com o ensino da matéria para as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, de Educação e de Política e Economia, constituindo-se num dos mais importantes veios pelo qual a Psicologia inseriu-se no âmbito do ensino superior e, sobretudo, pela formação de profissionais, dos quais muitos vieram a se dedicar especificamente à Psicologia.

O laboratório acima citado, provido de sofisticados equipamentos vindos de Leipzig e Paris, funcionava, nas palavras de Penna, “como instituição auxiliar médica;...como auxiliar das necessidades sociais e práticas;...como núcleo de pesquisas científicas;...como centro didático para formação de psicólogos” (1985, p. 30). Dirigido pelo psicólogo polonês Waclaw Radecki, a produção desse laboratório é demonstrativa da indubitável condição que a ciência psicológica atingira no País. É significativo que, além das pesquisas aí produzidas, tenha havido preocupação específica com a formação de profissionais em Psicologia, com a divulgação de seus conhecimentos, com o trabalho clínico e com a aplicação às questões relativas ao trabalho. Especial relevo deve ser dado à presença de Radecki no laboratório, não apenas pelas pesquisas que ele aí produziu, mas também pela colaboração e orientação de inúmeras outras que, em última instância, podem ser consideradas como atividades que contribuíram para a formação de pesquisadores em Psicologia.

A Liga Brasileira de Higiene Mental, fundada em 1923, por Gustavo Riedel, tinha como objetivo inicial promover a melhoria da assistência ao “doente mental”. Mudanças nesse objetivo ocorreram a partir de 1926, quando as idéias de Riedel foram perdendo terreno para os princípios eugênicos, os quais articularam-se com as idéias racistas de “embranquecimento da raça brasileira”. Nesse âmbito, a problemática educacional tornou-se também questão fundamental, entendida como meio de cura para a “doença” representada pela ignorância do povo; da mesma maneira, as relações de trabalho também foram alvos de preocupação. A Liga reconhecia a Psicologia como ciência afim à Psiquiatria, o que a levou à criação de um laboratório de Psicologia, dirigido inicialmente pelo francês Alfred Fessard e mais tarde por Plínio Olinto e Brasília Leme Lopes. Demonstrativo de sua preocupação com a formação de estudiosos da área foi a organização dos Seminários Brasileiros de Psicologia, constituídos de reuniões semanais de estudo e as Jornadas Brasileiras de Psicologia, realizadas anualmente, com o objetivo de divulgar pesquisas. Acrescenta-se a isso, que a Liga propôs, em 1932, ao Ministério da Educação e Saúde Pública, a criação de gabinetes de Psicologia junto às clínicas psiquiátricas.

Ainda nessa linha, o Instituto de Higiene, em São Paulo, sob a liderança de Geraldo Paula Sousa, formou um grupo de estudos em Psicologia Aplicada, composto por médicos, educadores e engenheiros. Os estudos aí reali-

zados exerceram influência sobre o Serviço de Inspeção Médico-Escolar, no qual foi criada uma escola para “deficientes mentais” e, em 1938, a Clínica de Orientação Infantil, sob a responsabilidade de Durval Marcondes.

Em direção bastante diferente, segundo Jurandir Freire Costa (1976), outros psiquiatras, como Odilon Galotti, James Ferraz Alvim e Ulisses Pernambucano dirigiam suas atividades, numa perspectiva oposta à higiene social da raça.

Assim, sob a liderança de Ulysses Pernambucano, foi de grande relevância o “Movimento Psiquiátrico de Recife”, que adotou uma postura progressista de assistência ao “doente mental”, que pode ser considerada como muito próxima do que mais tarde convencionou-se chamar de anti-psiquiatria. Dentre inúmeras atividades empreendidas por esse médico, deve-se ressaltar sua preocupação com a formação de especialistas em saúde mental, promovendo vários cursos intensivos de especialização, para formar na prática “monitores de saúde mental” e “auxiliares psicólogos”, sendo recrutados estes últimos principalmente entre professores diplomados pela Escola Normal, que também esteve sua direção. Criou ele também um Serviço de Estágio, que influenciou muitos de seus discípulos na direção da atuação em saúde mental.

É de extrema relevância a criação do Instituto de Psicologia, em 1925, por Ulysses Pernambucano, quando diretor da já citada Escola Normal Oficial de Pernambuco. Em 1929, o Instituto foi transferido para o Setor de Educação, passando a chamar-se Instituto de Seleção e Orientação Profissional – ISOP. Em 1931, o ISOP foi anexado ao Serviço de Higiene Mental do Hospital de Alienados de Recife, estando este sob a direção de Pernambucano. Muitas pesquisas em Psicologia foram aí realizadas e formados muitos pesquisadores na área, como Nelson Pires, Anita Paes Barreto e Silvio Rabelo, mais tarde reconhecidos como eminentes psicólogos.

Embora realizadas no âmbito da Medicina ou por médicos, percebe-se que tais produções podem ser consideradas como estando no domínio específico da Psicologia, assim como se explicita que, concomitantemente, houve preocupação com a formação de profissionais que pudessem levar adiante o desenvolvimento dessa ciência no país e, de certa maneira, lançar as bases para a construção da profissão de psicólogo.

Concomitantemente, podemos dizer que o processo de autonomização da Psicologia no Brasil teve na Educação um dos mais fundamentais substratos para sua efetivação. A questão educacional tornou-se um dos problemas

mais cruciais para a nação que almejava atingir a modernidade. Nesse contexto, a Psicologia tornou-se necessária como uma das ciências fundamentais para uma Pedagogia que se queria moderna. Com base nesse quadro, foram sobretudo as idéias escolanovistas que vieram a ser amplamente difundidas, tendo se tornado praticamente hegemônicas entre os educadores mais eminentes da época e concorrido para dar base de sustentação para várias reformas do ensino realizadas na década de 20, no âmbito de vários estados da federação. Estas condições foram essenciais para o desenvolvimento da ciência psicológica, quer no plano teórico ou prático. A relevância disso manifesta-se no fato de que, a partir da Educação, a Psicologia ampliou-se para outros campos, como a organização do trabalho e o atendimento clínico nos Serviços de Orientação Infantil. No contexto desse quadro educacional, a Psicologia ganhou o mais importante alicerce para se estabelecer na condição de ciência, explicitar-se como área de saber e de prática e, conseqüentemente, definir-se como campo profissional específico. Procuraremos, a seguir, demonstrar tais fatos, expondo brevemente a produção do Pedagogium, da Escola de Aperfeiçoamento de Belo Horizonte e das Escolas Normais, com ênfase na Escola Normal de São Paulo.

O Pedagogium foi idealizado originariamente por Ruy Barbosa. Foi criado em 1890, tendo como finalidade estimular as reformas e melhorias da Educação. Em 1897, Medeiros e Albuquerque foi nomeado seu diretor, orientando a entidade no sentido de constituir-se como “centro de cultura superior aberto ao público”. Nessa condição, em 1906, foi então criado o possível primeiro laboratório de Psicologia no Brasil. Planejado por Binet, em Paris, o laboratório foi organizado e dirigido por Manoel Bomfim durante 12 anos.

Os poucos dados relativos à produção desse laboratório provêm das obras de Bomfim sobre Pedagogia e Psicologia, que ocasionalmente trazem algumas referências sobre a questão. Em tais obras, fica demonstrada a singularidade desse intelectual que concebe o fenômeno psicológico como tendo natureza histórico-social e considerando a linguagem como elemento mediador fundamental das relações que se estabelecem entre o sujeito e o meio social. Incluem-se também as críticas que ele fazia às pesquisas realizadas em laboratório, com a finalidade de estudar as funções psíquicas superiores que, segundo sua interpretação, não eram passíveis de serem compreendidas em sua complexidade e em suas relações com os fatores sociais, nas condições artificiais e estreitas do laboratório. O pensamento de Bomfim foi, de certa ma-

neira, original, destoante de seus contemporâneos no Brasil e antecipou idéias que viriam mais tarde ser defendidas por importantes pesquisadores da Psicologia. Embora não haja dados que demonstrem que esse laboratório tenha se ocupado da formação de profissionais, é certo que seu diretor, na condição de professor da Escola Normal do Rio de Janeiro, tenha sido um importante divulgador da Psicologia, pelo menos no que diz respeito à formação de professores.

O *Pedagogium* foi extinto em 1919, embora, segundo Penna (1986), essa instituição tenha sido perpetuada, com a criação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP, em 1938.

A reforma do ensino de Minas Gerais, empreendida no final da década de 30, sob a direção de Francisco Campos, criou a Escola de Aperfeiçoamento de Belo Horizonte, na qual a Psicologia assumiu papel de destaque, tendo por finalidade tornar-se um núcleo difusor da Pedagogia que deveria ser implementada no Estado.

Antes de sua criação, porém, a Psicologia já era tratada nos meios educacionais de Belo Horizonte, em que cursos ministrados por C. A. Baker, Iago Pimentel, Alberto Alves e Alexandre Drummond, abordavam a Psicologia Educacional e, especialmente, os testes.

A Escola de Aperfeiçoamento promoveu vários cursos, para os quais foram chamados como docentes, psicólogos eminentes da época, como Th. Simon, Léon Walther e Helena Antipoff, sendo que esta última permaneceu no país e assumiu a direção da instituição, onde realizou extensa obra, abrangendo pesquisa, formação de profissionais e prática educacional. Sob sua responsabilidade, foi aí instalado um laboratório de Psicologia, cujo objetivo era subsidiar a prática pedagógica, sobretudo pela formação docente. A produção de pesquisas nesse laboratório foi vasta, abrangendo várias questões de natureza psicológica, além de ter sido altamente original e crítica, buscando compreender os determinantes de ordem social sobre os fenômenos psicológicos; para caracterizar suas atividades, Regina Helena de Freitas Campos (1980) bem as qualifica quando afirma: “O laboratório de Psicologia vai conhecer as crianças de Belo Horizonte”. A atuação de Antipoff na Psicologia e na Educação não se limitou ao que foi realizado na referida instituição, tendo tido ela participação extremamente significativa no processo de construção histórica da Psicologia no Brasil, procurando ampliar seu campo de atuação e cuidando da formação de inúmeros profissionais, tendo como marca sempre pre-

sente a preocupação em articular fenômeno psicológico e condições sociais. Suas realizações incluem a criação de escolas para crianças portadoras de deficiência mental, ensino para crianças “superdotadas”, ensino para crianças da zona rural, muitas pesquisas envolvendo a psicometria, embora numa direção muito diferente daquela que vinha proliferando no país e que se tornou praticamente hegemônica ao longo do tempo.

Na década de 40, a Escola de Aperfeiçoamento fundiu-se com a Escola Normal, gerando o Instituto de Educação, ao qual o laboratório de Psicologia foi anexado.

Outra grande contribuição para o estabelecimento da Psicologia no Brasil e principalmente para a formação de profissionais capacitados para a atuação nessa área veio das Escolas Normais. No interior dessas instituições ocorreu não apenas difusão das teorias psicológicas, mas também o estímulo para a aplicação prática de seus conhecimentos; a isso deve-se somar o fato de muitos dos primeiros profissionais da Psicologia terem iniciado sua formação nessas escolas, assim como foram elas uma das incentivadoras das primeiras publicações específicas de Psicologia no país, representadas principalmente pelos compêndios produzidos para subsidiar o ensino da matéria.

Das Escolas Normais brasileiras, merecem destaque as de Belo Horizonte, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Fortaleza e São Paulo, pela significativa acolhida às questões de natureza psicológica. As duas primeiras tiveram grande relevância pela articulação respectivamente, com a Escola de Aperfeiçoamento de Belo Horizonte e com o Instituto de Psicologia/ISOP de Pernambuco, já anteriormente citados.

A Escola Normal de Salvador teve em Isaias Alves um dos mais expressivos representantes da Psicologia na época, tendo sido ele um dos pioneiros na difusão, aplicação, revisão e adaptação de testes psicológicos no Brasil, assim como divulgador da técnica por livros e cursos.

A Escola Normal do Rio de Janeiro teve sua produção em Psicologia intimamente ligada a seu professor de Pedagogia e Psicologia, o já citado Manoel Bomfim, cujas idéias e conteúdos abordados em seus cursos encontram-se registrados em seus livros: “Lições de Pedagogia”, “Noções de Psychologia” e “Pensar e Dizer: estudo do symbolo no pensamento e na linguagem”, dentre outros.

A Escola Normal de Fortaleza teve papel importante na reforma de ensino empreendida por Lourenço Filho no Ceará, tendo ele aí criado um la-

boratório de Psicologia para subsidiar os rumos da reforma e capacitar profissionais para sua efetivação. Esse trabalho deu continuidade ao que Lourenço Filho já vinha realizando na Escola Normal de Piracicaba, onde fora catedrático de Psicologia. Vindo posteriormente a assumir a cátedra dessa disciplina e a direção do respectivo laboratório na Escola Normal de São Paulo, Lourenço Filho continuou o trabalho que foi um dos mais importantes alicerces para a constituição da Psicologia no Brasil e, certamente, um dos núcleos essenciais para a formação profissional do psicólogo no país.

A Escola Normal de São Paulo foi, por sua vez, uma instituição de fundamental importância para a Psicologia no Brasil. Suas atividades estiveram relacionadas com o ensino da Psicologia, a produção de seu sofisticado laboratório, os cursos ministrados por eminentes psicólogos estrangeiros e por ter sido a base da cátedra de Psicologia instituída mais tarde na Universidade de São Paulo, criada na década de 30.

A cátedra de Psicologia dessa escola normal esteve sob a responsabilidade de Sampaio Dória, Lourenço Filho e Noemi Silveira. Em 1931, foi criado um Serviço de Psicologia Aplicada na Diretoria Geral do Ensino, entregue à responsabilidade de Noemi Silveira, que acabara de regressar de um curso de especialização nos Estados Unidos. É nessa instituição que a Psicologia aparecerá pela primeira vez no país como disciplina de curso superior; para Lourenço Filho (1971a), dentre várias atividades, aí foi criado “um curso de aperfeiçoamento do chamado Instituto Pedagógico, onde, pela primeira vez, se estabelecem, no país, cursos de biologia, psicologia e sociologia da educação, em nível superior” (p. 124). Esta foi uma instância de grande relevância para a formação de profissionais “psychologists”. Tal iniciativa foi o germe para a criação da já citada cátedra de Psicologia da Universidade de São Paulo.

A Psicologia encontrou nas escolas normais um dos mais importantes substratos para seu desenvolvimento, seja pela divulgação das idéias que vinham sendo produzidas nos mais importantes centros europeus e norte-americanos, seja pela aplicação de seus conhecimentos, pela produção de pesquisas e sobretudo, pela formação de profissionais que viriam a ser alguns dos primeiros a se dedicar exclusivamente a esta ciência. É possível mesmo afirmar que as escolas normais foram fundamentais na definição do perfil desses profissionais que se tornariam especialistas em Psicologia: os então denominados “psychologists”. À Escola Normal de São Paulo cabe também ter sido

uma das mais importantes bases para que a Psicologia se tornasse uma disciplina universitária.

Do ponto de vista da aplicação da Psicologia às questões do trabalho, as primeiras tentativas ocorreram ainda na década de 20 e estiveram vinculadas à Educação. No Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, o engenheiro suíço Roberto Mange, aplicou pela primeira vez um instrumento de medida psicológica (o teste de Giese) para fins de seleção. A Roberto Mange cabe também a iniciativa de ter sido um dos criadores do Instituto de Desenvolvimento Racional do Trabalho – IDORT, a aplicação da Psicologia nos Centros de Formação de Ferroviários, SENAI etc., ações estas que estiveram diretamente ligadas à formação prática dos primeiros psicólogos voltados para a atuação na área do trabalho, concomitantemente ao trabalho desenvolvido por Mira y Lopez, no Rio de Janeiro. A isso acrescenta-se a contribuição de Lourenço Filho e a influência de Léon Walther, por seus cursos ministrados no Brasil e pelo registro de muitas de suas conferências em publicações da Escola Normal de São Paulo. Como uma das contribuições de instituições psiquiátricas encontra-se o trabalho orientado por Radecki na Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro, relativo à seleção de aviadores militares.

A partir da década de 30, a Psicologia ganha novos impulsos para seu desenvolvimento, relacionados fundamentalmente à expansão de seu ensino e de sua aplicação. Pode-se dizer que, nesse momento, o reconhecimento de sua autonomia enquanto área de conhecimento e campo de aplicação é já um fato. Entretanto, a formação de profissionais ainda se dá essencialmente na prática, pois a profissão só viria a ser reconhecida cerca de 30 anos depois, quando então foi estabelecido o currículo mínimo para a formação de bacharéis e licenciados em Psicologia e psicólogos. Sobre isso, afirma Annita Cabral (1950):

Os técnicos nos vários campos da educação, os psicometristas, os psicólogos clínicos e higienistas mentais, os técnicos em seleção de pessoal e orientação profissional, que trabalham nos diferentes serviços estatais e para-estatais, são recrutados entre os diplomados por aquelas escolas (normais), que, se não lhes dão treino propriamente profissional, dão lhes boa base para finalmente adquirir essa experiência no emprego. Os que trabalham em funções psicológicas nas empresas de propaganda e anúncio, bem como os que trabalham nas gran-

des empresas particulares, são ainda treinados empiricamente mediante aprendizagem no próprio emprego – o que é possível por não existir qualquer regulamentação da profissão de psicologista no Brasil. (p. 39)

Esse período pode ser caracterizado como aquele em que a Psicologia, enquanto ciência e profissão, consolida-se no país, engendrando condições para que em 1962 fosse reconhecida por lei a profissão de psicólogo. Essa consolidação manifesta-se por diferentes fatores, tais como: o ensino da disciplina em nível superior, o aprofundamento de seus estudos na escolas normais, o aumento da produção de estudos e pesquisas em instituições já existentes e em outras que foram então criadas, a emergência de uma delimitação mais clara dos campos de atuação da Psicologia, assim como a criação de entidades, publicações e cursos preocupados com a formação desse profissional.

É necessário ressaltar que esse momento constituiu-se num marco de transformação da sociedade brasileira, pontuada pela chamada Revolução de 30. As contradições geradas por uma política econômica voltada sobretudo para os interesses dos setores agrários, consubstanciada numa economia de base agrícola-comercial-exportadora, geraram o descontentamento de amplas camadas da sociedade brasileira, culminando com a dita “revolução”. Entretanto, deve-se ressaltar que a vitória desse movimento excluiu, de certa maneira, as camadas populares, tendo sido conduzida por representantes das camadas médias, como intelectuais e militares, e por setores da classe dominante, sobretudo pela burguesia industrial emergente, da qual também faziam parte elementos que acumularam capital com a produção de café. Em última instância, pode-se dizer que esse novo momento histórico esteve pautado pelo objetivo de implementar o processo de industrialização no Brasil, com vistas à substituição de importações. Era, pois, uma nova sociedade que se queria construir, calcada no ideário liberal, sendo necessário para esse empreendimento a construção de um “homem novo”; é nesse contexto que novos conhecimentos e práticas se faziam necessárias, tendo sido a Educação um de seus principais instrumentos e a Psicologia uma das principais ciências de base para essa realização. Em outras palavras, esse momento histórico constituiu-se num terreno extremamente fértil para o desenvolvimento da ciência psicológica e para a consolidação de sua prática.

Um dos fatores marcantes da década que se iniciava foi o aparecimento da disciplina Psicologia em cursos de nível superior. Assim, em 1931, no Curso de Aperfeiçoamento de Educadores oferecido pelo já citado Instituto Pedagógico de São Paulo, a disciplina Psicologia passa a fazer parte do currículo. Sendo esse curso considerado como sendo de nível superior, é possível afirmar que esse momento constitui-se num marco importante, no qual a Psicologia integra-se como disciplina nesse nível de ensino.

É por essa época que surgem os primeiros serviços de Psicologia Aplicada que, além de São Paulo, também aparecem no Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre.

Para Lourenço Filho (1971a),

A partir de 1930, uma dezena de educadores passam a receber cursos de especialização em universidades norte-americanas, ao mesmo tempo que novos especialistas são contratados para diversas escolas brasileiras. Pela mesma época, estabelecem-se cursos de aperfeiçoamento para mestres primários (Belo Horizonte, 1929); cursos em nível superior (São Paulo, 1931, e Rio de Janeiro, 1932); e, por fim, os de psicologia geral e aplicada, em faculdades de filosofia (São Paulo, 1934; Rio de Janeiro, 1939, e em muitas outras capitais, a seguir. (p. 116)

Especialmente relevante foi, porém, a criação das cátedras de Psicologia nas seções de Filosofia e Pedagogia das Faculdades de Filosofia, Ciências de Letras nas Universidades recém criadas (como a Universidade de São Paulo) e nas Universidades reformadas de acordo com as leis instauradas por obra do Ministério da Educação e Saúde Pública, sob a liderança de Francisco Campos.

Segundo Pessotti ( 1975, p. 11),

Criada a Universidade de São Paulo em 1934, por decreto do governador do estado, a cátedra de Psicologia do Instituto de Educação Caetano de Campos, antiga Escola Normal de São Paulo, foi incorporada à Universidade, e Noemi Silveira Rudolfler foi nomeada para a cátedra, em 13 de maio de 1936.

Essa cátedra, pertencente ao curso de Pedagogia e estando pois no âmbito das questões educacionais, foi de fundamental importância para a formação de profissionais em Psicologia e de pesquisadores na área, tendo sido fonte de incentivo e de preparação para muitos daqueles que vieram a obter os primeiros registros profissionais em Psicologia, assim como constituir-se em parte do grupo pioneiro de docentes dos primeiros cursos após a regulamentação da profissão. Em 1954, Rudolfler é substituída por Arrigo Angelini.

A introdução da disciplina Psicologia na seção de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo foi, pois, um marco de grande importância. Entre 1935 e 1944, a disciplina Psicologia esteve sob a responsabilidade do francês Jean Maugué

que fora aluno do filósofo L. Brunschvicg e do psicólogo social Charles Blondel, [e que] abordava os temas psicológicos à luz dos problemas filosóficos e de sua determinação social. Era partidário de uma “psicologia concreta”, mas, como seu compatriota Politzer (...), era crítico impiedoso da Psicologia experimental. (Cabral, 1950, pp. 44 e 45 )

De 1945 a 1947, a cátedra foi assumida pelo norte-americano Otto Klineberg, sobre quem Annita Cabral (1950), afirma: “seu instrumento não é o monólogo professoral artisticamente conduzido, mas o diálogo nos seus democráticos seminários.” (p. 45). Otto Klineberg foi sucedido por Annita Cabral, que fora sua assistente, e que segundo ela própria, procurou seguir a mesma tendência. A disciplina Psicologia era oferecida para os três primeiros anos do curso, sendo que os conteúdos do primeiro ano referiam-se a: Psicologia Geral e Experimental e Escolas e Sistemas em Psicologia; no segundo ano eram abordadas a Psicologia Social e a Psicologia Diferencial e no terceiro ano, a Psicologia da Personalidade e a Psicologia Psicopatológica (Cabral, 1950). Complementando tais informações, Cabral afirma:

... mantendo o esquema introduzido na cátedra de S. Paulo por Klineberg, e visando a habilitação profissional de seus alunos, acrescentou-se ao currículo um treino obrigatório de testes mentais e de técnicas projetivas, especialmente o Rorschach. O treino de técnicas projetivas e o curso sobre personalidade estão a cargo de uma assistente, Carolina Martuscelli. É dado também um curso

anual de Psicologia *gestáltica* e topológica no terceiro ano. No segundo ano, foi acrescentado ... J. Piaget, a cargo da assistente Natalia Voinoff. Por fim, numa tentativa de formar hábitos de investigação no campo da Psicologia Social... são requeridos dos estudantes adiantados pesquisas mediante o emprego de métodos de análise de conteúdo, de questionários e testes, tendentes a conhecer atitudes e valores da população local. (1950, p. 46)

Sob a direção de Anísio Teixeira, segundo Lourenço Filho (1975), a Escola Normal do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, foi transformada em Instituto de Educação, aí instalando cursos de especialização e aperfeiçoamento para diretores e orientadores de ensino, além de um Serviço de Testes e Medidas Escolares, que ficou sob o encargo de Isaias Alves. Para o ensino de Psicologia, foi nomeado Lourenço Filho. Em 1935, o Instituto de Educação foi incorporado à Universidade do Distrito Federal:

... aí seriam realizados cursos de psicologia para professores secundários e pesquisa sobre adolescência, assunto até então pouco tratado. Prosseguem também os cursos para administradores de ensino, com o catedrático e seus assistentes, Heloísa Marinho e Murilo Braga. (Lourenço Filho, 1971 a, p. 126)

Ainda na década de 30, a Universidade do Brasil, padrão para as universidades brasileiras, instituiu a obrigatoriedade da cátedra de Psicologia nos três primeiros anos do currículo do curso de Filosofia, o qual comportava as seções de Filosofia, Pedagogia e Ciências. No Distrito Federal ainda, a Faculdade Nacional de Filosofia, à qual fora anexado o Instituto de Psicologia (inicialmente dirigido por Radecki), teve como catedrático Nilton Campos, que, nas palavras de Cabral (1950): “orienta seu ensino logicamente, dos problemas *gerais*, para os *especiais* e os de *aplicação*” (p. 43) e que “formou numerosos pesquisadores em várias áreas, desde a Psicofisiologia até a Psicologia Social e publicou muitos trabalhos, entre os quais *Psicologia da vida afetiva*, com um prólogo elogioso de W. Köhler. “ (Pessotti, 1975, p. 6).

Na Universidade do Brasil, Maurício Campos de Medeiros propõe “como exigência curricular para a clínica psiquiátrica o estudo da psicologia normal.” (Lourenço Filho, 1971 a, p. 119).

Em 1936, Plínio Olinto, que estudara com Henri Piéron, ministra o primeiro curso de Psicologia do Trabalho, com Etienne Souriau, na Universidade do Distrito Federal.

Em Minas Gerais, a influência das iniciativas no âmbito da Educação e da participação fecunda de Helena Antipoff nesse processo, foram condições fundamentais para o empreendimento de formação de profissionais em Psicologia. Sobre isso, afirma Pessotti (1975, p. 12):

Com Helena Antipoff, formaram-se e se aperfeiçoaram em pesquisas educacionais diversas pessoas que, mais tarde, compuseram o corpo docente das Universidades Católica e Federal de Minas Gerais. Em 1946, criou-se a Escola de Filosofia (mais tarde federalizada), tendo Helena Antipoff na cátedra de Psicologia Educacional e Hermelindo L. Rodrigues na de Psicologia Geral, com Flávio Neves.

Mais tarde, em 1957, por iniciativa do reitor da Universidade Católica, Pedro Parafita Bessa organiza o Curso de Orientação Educacional e, em 1958, o Curso de Psicologia,

instituído no mesmo ano, e posto a funcionar com dificuldades, pois de 1958 a 1962 não fora regulamentado. A partir de 1961, Pedro Parafita Bessa lutou para criar o Curso de Psicologia na Universidade Federal, o que se conseguiu apenas mais tarde, em 1963. (Pessotti, 1975, p. 12)

Na Universidade do Rio Grande do Sul, também a disciplina Psicologia foi inserida nos currículos, tendo como temas de estudo: Introdução Geral à Psicologia (primeiro ano), Estudo da Personalidade (segundo ano) e Psicanálise (terceiro ano).

Vale lembrar, porém, que desde 1918, Francisco Franco da Rocha já divulgava idéias da Psicanálise na Faculdade de Medicina de São Paulo. Entretanto, foi a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo a primeira instituição a criar formalmente uma cátedra de Psicanálise, tendo à frente Durval Marcondes e posteriormente Virgínia L. Bicudo. Também foi nessa instituição que Raul Briquet, autor do primeiro livro denominado Psicologia Social (1935), lecionou pela primeira vez a disciplina de mesmo nome.

O desenvolvimento da atuação em Psicologia, assim como a produção de pesquisas e a formação de pesquisadores teve grande impulso também com a criação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos-INEP, criado em 1938 e dirigido por Lourenço Filho. Além disso, o ensino de Psicologia desenvolveu-se ainda em outras instituições, como na Sociedade Pestalozzi e no Instituto de Seleção e Orientação Profissional-ISOP da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro.

O acima citado INEP teve um papel de extrema importância na difusão da Psicologia e na ampliação de sua atuação; nas próprias palavras de seu diretor, Lourenço Filho (1971a):

A ação do INEP estendeu-se a vários estados, e ainda a países vizinhos, mediante estágios e cursos de aperfeiçoamento para professores de psicologia e chefes de serviços educacionais; estabeleceram-se, por essa forma, serviços de psicologia aplicada e de medidas educacionais no Rio Grande do Sul, Estado do Rio de Janeiro, Pará e Espírito Santo, o Centro de Medidas Educacionais de Sucre, na Bolívia, e a divisão Técnica do Ministério da Educação do Paraguai. (p. 127)

O também acima citado ISOP, criado em 1947 por Getúlio Vargas, com a finalidade de formar técnicos para a indústria e o comércio, foi de grande importância para a formação prática de vários psicólogos. Para sua direção foi nomeado Emilio Mira y Lopez, vindo de Barcelona, na Espanha. Nessa instituição, Mira y Lopez organizou cursos para a formação de técnicos em vários ramos, dos quais se destaca o de formação de técnicos em Psicologia. Psicólogos como Alice Mira e Nestor Efraim Rojas Bocallandro são alguns dos formados pelo ISOP. Essa instituição também se encarregou de ministrar cursos em várias universidades brasileiras e outras instituições. Vale lembrar que Mira y Lopez foi também o criador do *PMK*, um dos testes mais largamente utilizados até hoje no país.

Já adentrando nos anos 40, começam a ser criadas as primeiras clínicas para atendimento infantil, nos moldes dos Serviços de Orientação Infantil, criados no limiar dos anos 30 no Rio de Janeiro e São Paulo, sob a responsabilidade de Arthur Ramos e Durval Marcondes, respectivamente.

Na década de 40, várias instituições, como o Departamento de Administração do Serviço Público-DASP e o Ministério da Guerra, criam cursos cujo conteúdo é próprio da Psicologia, geralmente referente às questões relacionadas à seleção de pessoal.

Ainda na década de 40, mais precisamente em 1946, a portaria número 328 do MEC faz referência à organização de cursos de pós-graduação para especialistas em Psicologia Clínica, Educacional e aplicada ao Trabalho.

Na década de 50, as escolas normais, mas sobretudo os Institutos de Educação, são ainda (e continuarão sendo) fontes de grande importância para a difusão da Psicologia e de formação de profissionais para atuar na esfera dessa área de conhecimento. O relato de Annita Cabral (1950) bem demonstra o papel da Psicologia em tais cursos:

... em todos eles a Psicologia da criança, da aprendizagem e a respectiva psicologia especializada têm lugar proeminente. No curso normal básico a Psicologia é ensinada nos três anos, na seguinte sequência: Psicologia geral; Psicologia infantil; testes e medidas; Psicologia da aprendizagem e das matérias de ensino. (p. 32)

Nessa década, muitos são os indicadores do amadurecimento da Psicologia no Brasil e da crescente onda de reivindicação de sua regulamentação e, conseqüentemente, da criação de cursos de formação específicos. São promovidos congressos de Psicologia, dentre eles o VI Congresso Internacional de Psicologia, em 1959. São criadas várias entidades de representação e agremiação de psicólogos, algumas delas filiadas a reconhecidos organismos internacionais. São criadas publicações especializadas na área, dentre elas os Arquivos Brasileiros de Psicotécnica (mais tarde Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada), o Boletim de Psicologia do Instituto de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP, à qual se seguiria a Revista de Psicologia Normal e Patológica. Em 1952, o CNPq concede a primeira bolsa para pesquisa em Psicologia, assim como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência-SBPC inclui a área da Psicologia em suas Reuniões Anuais.

Data desse momento a criação dos primeiros cursos de Psicologia no Brasil, havendo uma participação relevante das Universidades Católicas nesse

processo, como já foi demonstrado acima com a atuação de Pedro Parafita Bessa na Universidade Católica de Minas Gerais. Também a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro criou, já na década de 50, um Curso de Psicologia. A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP, criou nessa época seu Instituto de Psicologia, dirigido por Enzo Azzi, o qual atraiu para essa instituição vários profissionais da área, que foram responsáveis por gerar o que mais tarde (com a integração dos cursos oriundos da Faculdade São Bento e do Instituto Sedes Sapientiae) veio a se constituir como a Faculdade de Psicologia da PUC de São Paulo; cabe lembrar também que foi aí criado um fecundo laboratório de Psicologia, assim como foi instalada uma das primeiras clínicas psicológicas, sob a orientação de Madre Cristina Sodré Dória e Haim Grunspum.

Vê-se, pois, que os rumos tomados pela Psicologia no país e seu estágio de desenvolvimento, alçavam uma estatura tal, que era iminente a necessidade de uma maior formalização institucional da profissão e, sobretudo, da formação de seus profissionais.

Em 1953, segundo Lourenço Filho (1971 a, b), professores das Faculdades de Filosofia, reunidos em São Paulo, solicitavam a criação de uma seção especializada de Psicologia no âmbito das referidas faculdades. Nesse mesmo ano, a Associação Brasileira de Psicotécnica entrega para o Ministério da Educação um ante-projeto de lei para a regulamentação da profissão de psicologista e de sua formação. Em 1957, o Conselho Nacional de Educação dá parecer favorável. Em 1958 o Executivo envia para o Congresso mensagem sobre a referida lei. Em 1961, a Associação Brasileira de Psicologia Aplicada, a Sociedade de Psicologia de São Paulo e a Associação Brasileira de Psicólogos examinam o substitutivo do projeto em tramitação na Câmara dos Deputados. Em 27 de agosto de 1962, é aprovada a lei 4119, que regulamenta a profissão de psicólogo e estabelece o currículo mínimo para sua formação. Em 1963, o Ministério da Educação, pela Diretoria do Ensino Superior, apresenta portaria que versa sobre os serviços da Comissão Especial de Registro de Psicólogos; essa comissão foi assim formada: Pe. Antonio Benko (PUC-RJ), Carolina Martuscelli Bori (USP), Enzo Azzi (PUC-SP), Pedro Parafita Bessa (Universidade de Minas Gerais) e Lourenço Filho, presidente da comissão; mais tarde, Enzo Azzi foi substituído por Arrigo Angelini (USP). Em 1964, o decreto 53.464 de 21/01/64 regulamenta a lei 4119/62.

Em 1969 são já cerca de dois mil alunos matriculados em Cursos de Psicologia. Em 1969, é criado o curso de pós-graduação em Psicologia da Educação na PUC/SP, por iniciativa de Joel Martins que, nesse momento, inaugurava também o setor de pós-graduação da referida universidade e, em 1970, iniciava-se o curso de mestrado na PUC/RJ.

Percebe-se, pois, que o processo histórico constitutivo da formação do psicólogo no Brasil foi longo e gradativo. Esse processo ocorreu com a participação coletiva de muitas pessoas e instituições, cujo esforço é próprio do que tem sido denominado de pioneirismo, quando além do trabalho específico numa dada área, é também necessário justificá-lo, difundi-lo e demonstrar sua potencialidade. Esse panorama foi, sobretudo, determinado pelo fato de que, naquele momento, ainda não estavam claramente explícitas as contribuições possíveis da Psicologia, ainda que o desenvolvimento dessa área de conhecimento e campo de ação tivessem alçado um patamar nunca antes visto e que hoje é possível afirmar que constituiu-se ele no momento de consolidação da área. Por outro lado, faz-se necessário ressaltar que, se considerarmos que o conhecimento e a prática dele decorrente são historicamente construídos, esse processo não finda com a regulamentação da profissão, mas ao contrário, impõe o aprofundamento do processo; isso é, aliás, o que o olhar histórico nos ajuda a apreender.

Acrescentam-se a isso as condições em que tal desenvolvimento ocorreu, principalmente de ordem social, econômica, política e cultural, que se constituem na realidade mais ampla em que a Psicologia se inseriu, e que com ela travou uma relação dialógica, em que necessidades e possibilidades encontraram canal efetivo de articulação. Certamente estas questões levam-nos necessariamente ao reconhecimento da emergência de se empreender estudos e pesquisas que possam engendrar análises mais profundas e pormenorizadas sobre as múltiplas facetas dessa questão, na tentativa de compreender melhor o processo histórico de constituição da Psicologia no Brasil e, por esse caminho, a Psicologia que estamos construindo hoje e aquela que devemos projetar para o futuro.

Nesse sentido, pode-se dizer que os dados aqui apresentados são tão somente uma tentativa de aproximação com a história da formação do psicólogo no Brasil. Embora estudos mais aprofundados tenham sido realizados sobre as idéias psicológicas em obras do período colonial (Massimi), sobre as idéias psicológicas no século XIX (Massimi e Antunes), sobre o processo de autonomização da Psicologia no Brasil (Antunes), sobre a Psicologia no Rio

de Janeiro (Penna), em Minas Gerais (Goulart e Campos) e alguns outros, é sabido por todos o quanto carecemos de pesquisas nessa área, sobretudo relativas ao período posterior a 1930 que, por ser tão amplo e rico, demanda diferentes recortes e aponta para infindáveis possibilidades de estudo. Questões relativas às diferentes abordagens teóricas que aqui penetraram, como e o que delas foi feito; a maneira como os diferentes campos de atuação foram se constituindo; os conteúdos abordados nas cátedras; as técnicas desenvolvidas e seu uso, são temáticas possíveis (e necessárias) para estudo. Esperamos, contudo, ainda que com os limites já apontados, que possamos estar contribuindo de alguma maneira para ampliar um pouco mais a compreensão sobre a formação do psicólogo brasileiro.

## Resumo

O presente artigo tem como finalidade traçar um panorama histórico da psicologia no Brasil, enfocando mais especificamente o processo de formação dos profissionais que atuaram nesse campo. Aborda o período colonial e o século XIX, quando as intervenções nesse campo estavam a cargo de religiosos, educadores e médicos; os primeiros indícios de preocupação com a formação profissional, entre a última década do século XIX e as primeiras décadas do século XX, quando a Psicologia passa a ser reconhecida como área autônoma de saber; o período subsequente a 1930, no qual ocorre uma sistematização da formação deste profissional por meio do ensino superior e dos institutos de pesquisa e aplicação, a qual concorreu para a regulamentação da profissão e para a criação dos cursos de psicologia no Brasil

## Abstract

*This paper aims to show a historical view of Psychology in Brazil, focussing on professional training courses in his field. It approaches the colonial period and the 19<sup>th</sup> century, when priests, educators and doctors were in charge of the interventions in this field. The first signals of concern towards professional training in psychology appeared between the last decade of the 19<sup>th</sup> century and the first decades of the 20<sup>th</sup> century, when psychology started being considered as an autonomous field of knowledge. In the period after 1930 there was a systematization of the training of this professional through Higher Education and institutes for researche and applications, which contributed to the regulamentation of the profession and to the creation of psychology courses in Brazil.*

## Resumen:

El presente artículo tiene como finalidad trazar un panorama histórico de la Psicología en Brasil, enfocando mas específicamente el proceso de graduación de los profesionales que actuaron en esse campo. Aborda el periodo colonial y el siglo XIX, cuando las cintervenciones en esse campo estaban a cargo de religiosos, educadores y medicos; los primeros indicios de preocupación com la graduación profesional, entre la última década del siglo XIX y las primeras décadas del siglo XX, cuando la psicología pasa a ser reconocida como área autonoma del saber; el periodo subsecuente a 1930, en el cual ocurre una sistematización de la graduación de este profesional por medio de la enseñanza superior y de los institutos de pesquisas y aplicación, la cual concurrió para la reglamentación de la profesión y para la creación de los cursos de psicología en Brasil.

## Referências bibliográficas

- Antunes, M. A. M. (1991). *O processo de autonomização da psicologia no Brasil – 1890/1930: uma contribuição aos estudos em História da Psicologia*. Tese de doutorado. São Paulo, PUC-SP.
- Cabral, A. de C. e M. (1950). A psicologia no Brasil. *Psicologia*, n. 3. Boletim CXIX. São Paulo, FFCL da USP, pp. 9-51.
- Campos, R. H. de F. (1980). *Psicologia e ideologia: um estudo da formação da psicologia educacional em Minas Gerais*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte, UFMG.
- Ciclo de Estudos Ulysses Pernambucano (1978). Recife, Academia Pernambucana de Medicina.
- Lourenço Filho, M. B. (1971). A psicologia no Brasil. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, v. 23, n. 3. Rio de Janeiro, FGV, pp. 113-141.
- \_\_\_\_ (1971). A psicologia no Brasil nos últimos 25 anos. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, v. 23, n.3. Rio de Janeiro, FGV, pp. 143-151.
- Massimi, M. (1984). *História das idéias psicológicas no Brasil em obras do período colonial*. Dissertação de mestrado. São Paulo, USP.

- \_\_\_\_\_ (1989). *A psicologia em instituições de ensino brasileiras do século XIX*. Tese de doutorado. USP.
- \_\_\_\_\_ (1990). *História da psicologia brasileira*. São Paulo, EPU.
- Penna, A. G. (1985). *Apontamentos sobre as fontes e sobre algumas das figuras mais expressivas da psicologia no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, ISOP-FGV.
- Pessotti, I. (1975). Dados para uma história da psicologia no Brasil. *Psicologia*, ano 1, n. 1, maio, pp. 1-14.
- \_\_\_\_\_ (1988). "Notas para uma história da psicologia brasileira". In: *Quem é o psicólogo brasileiro?* São Paulo, Edicon e CFP, pp. 17-31.
- Pfromm Netto, S. (1979). "A psicologia no Brasil". In: Motoyama, S. e Ferri, M. G. *História das ciências no Brasil*. São Paulo, EPU e Edusp, pp. 235-267.

---

Mitsuko Aparecida Makino Antunes  
Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação:  
Psicologia da Educação da PUC-SP.  
Curso de Mestrado em Psicologia da Universidade São Marcos